

Senadores pedem providências que tirem Alagoas da crise

Intervenção ou renúncia do governador não resolve, alerta o líder do PMDB ao cobrar um tratamento excepcional para as dificuldades enfrentadas pelo estado

Maldaner propõe fortalecimento da defesa civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto de lei que institui a contribuição sobre operações de seguros privados, destinada a constituir-se em fonte permanente de recursos para o financiamento das ações desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Defesa Civil em favor de populações atingidas por calamidades.

A contribuição formará o Fundo Especial para Calamidades Públicas e Defesa Civil

(Funcadec), em substituição ao atual Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), que, não dispondo de fonte de recursos

garantida, ficou dependente de dotações orçamentárias e de auxílios, doações e subvenções.

Casildo Maldaner justificou sua proposição com o argumento de que o rápido e desordenado processo de urbanização brasileiro, simultâneo ao crescimento explosivo da massa populacional, levou à formação de zonas de extremo risco de calamidade em praticamente todas as zonas metropolitanas das médias e grandes cidades brasileiras.



Maldaner

Dutra defende início do debate sobre reforma na Previdência

Lembrando que ao governo e aos partidos de oposição interessa modificar a proposta de reforma da Previdência aprovada na Câmara dos Deputados, o líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), sugeriu ontem que o Senado inicie logo esse debate, aprofundando o estudo da matéria.

- Por que o Senado não começa a discutir uma fórmula que atenda aos interesses do País, garantindo os direitos adquiridos e viabilizando uma previdência auto-sustentada? - indagou o senador, argumentando que, se não interessa ao governo analisar o assunto antes das eleições, os senadores não estão impedidos de iniciar o debate.

José Eduardo Dutra receia que, como já ocorreu com outras reformas, principalmente as relacionadas com a área econômica, o projeto da Previdência seja debatido às pressas, aprovado com voto em separado da oposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e finalmente "votado atribuladamente" no plenário.

O senador quer resgatar o modelo de previdência que chegou a ser debatido, mas foi rejeitado na Câmara, e que



Dutra tenta evitar votação apressada

permitiria a participação da sociedade civil, particularmente das centrais sindicais, num conselho de administração do órgão.

Dutra lembrou que, em todas as reformas da área econômica, os debates ocorreram na Câmara e, quando a matéria chegou ao Senado, as lideranças governistas argumentaram que a matéria já estava exaustivamente debatida e que era fundamental para a estabilidade econômica votar-se apressadamente.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou, em aparte, que seu partido estaria disposto a iniciar a discussão da Previdência, e o líder do PT lhe pediu que o ajudasse a convidar outros líderes para esse debate. Entrando no mérito da questão, Dutra salientou que, se o Brasil deseja acabar com privilégios, deve aprovar um modelo previdenciário igual para todos, a fim de não perpetuar as desigualdades.

A Federação sairá enfraquecida no caso de uma intervenção federal em Alagoas, alertou ontem o líder do PMDB, Jáder Barbalho. Ele garantiu que o governador Divaldo Suruagy já tomou todas as providências que poderia tomar e, agora, caberia ao governo federal adotar medidas para enfrentar o problema. O senador Josaphat Marinho também afirmou que a Federação corre risco porque a União não tem dado o mesmo tratamento ao encaminhar os problemas dos estados. A crise em Alagoas foi abordada, em apertes, pelos senadores Guilherme Palmeira, Humberto Lucena, Edison Lobão, Casildo Maldaner e Carlos Patrocínio. **Página 3**

Projeto da biodiversidade é debatido em SP

O projeto da senadora Marina Silva que trata da biodiversidade foi debatido ontem em audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo. **Página 2**

Presídios são discriminatórios, denuncia Hollanda

Senador cita dados do censo penitenciário para mostrar que só pobres são encarcerados.

Página 4

Projeto da biodiversidade tem debate público

O Brasil poderá ser um dos primeiros países do mundo a regulamentar a utilização dos recursos genéticos, informou ontem o senador Osmar Dias (PR), durante audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo em torno do projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que dispõe sobre biodiversidade, do qual ele é relator na Comissão de Assuntos Sociais. O debate contou com a presença de 80 representantes da comunidade científica do Brasil, do secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Fábio Feldman, do senador Romeu Tuma (PSL-SP) e da senadora.

Para Osmar Dias, há muitos pontos na matéria que vão gerar discussão, mas, segundo ele, isso é natural porque pela primeira vez o País estará analisando um projeto que define como as outras nações poderão utilizar a biodiversidade brasileira. Apesar da boa receptividade da proposição, Marina Silva reconheceu que o assunto é complexo e exige estudo mais profundo por parte dos especialistas.

A próxima audiência para discussão do projeto será no dia 26, em Manaus. O objetivo é colher sugestões para subsidiar a proposta e informar à sociedade sobre a importância do assunto.

Para Arruda, MP viabiliza o crescimento do cinema

Senador ressalta também que o Brasil tem os mais belos cenários naturais do planeta e uma cultura popular criativa

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ressaltou ontem que a medida provisória que aumenta a renúncia fiscal para investidores em cinema e audiovisual brasileiros talvez seja "o mais importante apoio do Estado à indústria cinematográfica". Líder do governo no Congresso, ele fez um chamamento às lideranças partidárias e a diretores, produtores, artistas e técnicos para a realização de um debate aprofundado sobre a MP na comissão mista que será formada para análise da matéria.

Arruda parabenizou o presidente da República e o ministro da Cultura, Francisco Weffort, pela sensibilidade de



José Roberto Arruda

incentivar o cinema num momento em que ele, apesar das dificuldades, dá mostras de qualidade e angaria prêmios internacionais.

Para Arruda, o aumento de 1 para 3% de limite máximo de redução no Imposto de Renda das pessoas jurídicas, soma-

do aos 5% permitidos para as pessoas físicas, é um incentivo do governo ao cinema como atividade produtiva. No caso do Brasil, acentuou o senador, o cinema tem os mais belos cenários naturais do planeta e uma cultura popular cuja principal característica é a criatividade.

José Roberto Arruda também registrou artigo de Luís Costa Pinto, publicado no jornal *O Globo* de ontem, apoiando o fim da censura.

Em aparte, Romero Jucá (PFL-RR) também salientou que a renúncia fiscal "não é perda, mas transferência de recursos" que fortalecerá a produção cinematográfica.

Lobão: Comissão distribuirá relatório do TCU sobre bancos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) informou ter o TCU encaminhado ao Congresso Nacional o relatório da auditoria realizada por aquele órgão sobre o comportamento do Banco Central (BC) com relação aos acontecimentos que redundaram na intervenção dos bancos Nacional e Econômico. Acrescentou que cópia do relatório, solicitada pela Comissão de Fiscalização e

Controle, da qual é presidente, está sendo encaminhada aos membros da comissão.



Edison Lobão

Disse Lobão que, embora sigiloso, o relatório teve resumo publicado esta semana por revista de circulação nacional, que classificou o banco oficial de "caixa-preta e tapada". Segundo a reportagem, desde 1987 o Banco Central tinha conhecimento de irregularidades no Banco Nacional.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos

11h - Recebe o ministro Ermes Pedro Pedrassani, presidente do Tribunal Superior do Trabalho

11h30 - Recebe o ministro dos Transportes, Alcides Saldanha

12h - Recebe o prefeito de Maceió, Ronaldo Lessa (a confirmar)

12h30 - Recebe o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz.

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz.

Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Áudio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N65

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Jáder diz que Alagoas está exaurido e exige tratamento excepcional

Ele lembra que aval da União a empréstimo de R\$ 160 milhões pode tirar estado do caos

O líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), afirmou ontem que o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, já fez tudo que está ao seu alcance para resolver a crise financeira do estado e que agora cabe ao governo federal encontrar uma solução. "Acredito que uma intervenção no estado ou a renúncia do governador não resolverá nada. A situação é excepcional e exige do governo federal um tratamento de excepcionalidade, porque as soluções técnicas não são suficientes", ponderou.

- Alagoas já cortou metade dos gastos em custeio, eliminou vantagens de servidores e mesmo assim os salários estão atrasados desde abril. O estado não tem condições de oferecer mais do que já foi feito - disse.

Jáder Barbalho alertou que a Federação sairá enfraquecida com uma intervenção. Ele informou que aval da União para um empréstimo ao estado no valor de R\$ 160 milhões poderá tirar Alagoas do caos, e destacou que São Paulo já teve ajuda muito maior.

Vários senadores apoiaram Jáder Barbalho e manifestaram solidariedade ao governador Divaldo Suruagy. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) alertou que "a Federação corre riscos", pois, a seu ver, a União não tem dado o mesmo tratamento ao encaminhar problemas dos estados. Para Josaphat, o governo federal deve dispensar as formalidades para tratar com urgência da situação alagoana.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) observou que se deve cuidar ao mesmo tempo dos problemas de Alagoas e de São Paulo. "Os problemas de Alagoas são infinitamente menores que os de São Paulo e a bancada alagoana deve reivindicar o mesmo tratamento", recomendou.

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) ponderou que, se o governo salvou o sistema financeiro nacional, deve também salvar a Federação. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) sugeriu que o Palácio do Planalto "crie um Proer para salvar os estados". O senador Edison Lobão (PFL-MA) frisou que a única saída para Alagoas está nos cofres federais. Também apoiaram o discurso de Jáder Barbalho os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).



Jáder Barbalho



Romero Jucá

Romero Jucá pede ao governo recuperação de estradas em RR

O senador Romero Jucá (PFL-RR) dirigiu ontem apelo ao governo federal, através do Ministério dos Transportes, ao DNER e ao 6º Batalhão de Engenharia de Selva, para que providenciem a recuperação das rodovias BR-174 e BR-210, que, segundo afirmou, estão sem as mínimas condições de tráfego.

Romero Jucá disse que, embora seja de responsabilidade do governo estadual, nenhuma atitude foi tomada pelo governador Neudo Campos para resolver o problema. Em consequência, conforme o senador, vários municípios estão ilhados, enfrentando falta de comida, de remédios e de qualquer meio de transporte, e há registros de surto de doenças.

- Tenho recebido nos últimos dias vários apelos para relatar o caos em que vive o interior de Roraima. É preciso que o governo federal desenvolva uma ação imediata para recuperar as principais vias de acesso a esses municípios - afirmou.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.



Mauro Miranda

Mauro cobra fim de disparidades entre as regiões

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que é preciso reverter o "monopólio de poder político e econômico" de São Paulo e dos outros estados do Sul e do Sudeste. A grande oportunidade para isso, segundo o senador, é a aprovação do projeto do deputado José Carlos Aleluia que altera a medida provisória sobre a indústria automotiva.

- Sem isso, estaremos condenados a aceitar as disparidades regionais que criaram os estados de primeira classe e os de segunda categoria. Lutaremos com firmeza, mas esperamos também a compreensão dos estados desenvolvidos para a nossa necessidade e o nosso desejo de crescer - acrescentou.

Mauro Miranda disse que todos os estados de grande potencial localizados nas regiões mais pobres têm um desafio: o de criar condições objetivas para alcançar novos patamares de desenvolvimento, baseadas na atração de indústrias de grande porte, sobretudo as montadoras de veículos. Goiás, conforme informou, está trabalhando para levar a Mitsubishi para Catalão, no sul do estado.

O senador aproveitou para registrar matéria publicada na última edição da revista *Exame* sobre a economia de Goiás, dando conta de que o estado é hoje uma espécie de "terra prometida" para grandes e pequenos investimentos.

Só a educação reduz violência, afirma Valmir

Segundo o senador, execução de jovens trouxe para o cotidiano da classe média de São Paulo um problema até então restrito à periferia das metrópoles

Líder do PMDB defende acordo para salários

O líder do PMDB, senador Jäder Barbalho (PA), defendeu a necessidade de um entendimento entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a área econômica do governo para a busca de um caminho que permita a reposição de eventuais perdas salariais dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo evite os impactos que isso poderia causar à economia.

Jäder Barbalho enfatizou que a reposição de perdas salariais não pode causar repercussões sobre o Plano Real, com consequências sobre um processo inflacionário que o governo vem conseguindo conter. Mas destacou que "direito deve ser respeitado".

- Se houve perda para a classe trabalhadora, inevitavelmente essa perda deve ser recuperada - observou.

As declarações do líder foram feitas diante da informação, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de que o TST estuda uma forma de reposição de perdas salariais sem ferir a desindexação da economia.

A solução para o problema do aumento da violência nas grandes cidades brasileiras está em um sistema de ensino moderno e renovado que ofereça oportunidade de educação a todos, afirmou ontem o líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF). Segundo ele, é preciso promover uma mudança profunda de mentalidade, preparando os jovens para o trabalho e para o mundo.

- É evidente que precisamos de um aparelho policial capacitado a nos oferecer seguran-

ça e prevenir a criminalidade nas grandes e pequenas cidades. Claro que é preciso encontrar meios de distribuir mais justa e equilibradamente a riqueza nacional, mas, no meu ponto de vista, a solução deste estado de coisas começa antes, no seio das famílias, com a educação daqueles que serão os pais de amanhã - afirmou.

Para Valmir Campelo, as recentes execuções de jovens da



Valmir Campelo

classe média em São Paulo trouxeram para o cotidiano da população mais privilegiada uma realidade até então restrita à periferia. "A escalada da violência nas metrópoles está se tornando um problema alarmante, de imprevisíveis dimensões sociais. Hoje em dia, ninguém está a salvo dos assaltos à mão armada, dos seqüestros e da crueldade dos criminosos", frisou.

Presídios são discriminatórios e ineficientes, acusa Joel de Hollanda

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou ontem, citando dados do último censo penitenciário, que as prisões brasileiras são discriminatórias, "uma vez que praticamente só as pessoas pobres são encarceradas", e ineficientes em recuperar os detentos para o retorno ao convívio da sociedade. Para ele, "a educação e o treinamento profissional devem guiar as iniciativas destinadas a assegurar a sobrevivência dos ex-detentos e a impedir que eles incorram em



Joel de Hollanda

novos crimes e retomem às prisões já saturadas".

Advertiu Hollanda que a superlotação das prisões tem resultado em constantes rebeliões dos presidiários, que colocam em risco a vida de inocentes tomados como reféns. Segundo o senador, a superlotação penitenciária tornou-se um dos mais graves problemas com que se defronta o País. Ele disse que a regularidade com que ocorrem as rebeliões desmoraliza a segurança das prisões e estimula novas in-

surreições, transformando o sistema carcerário brasileiro em barril de pólvora.

- O último censo mostrou que no Brasil existem 144 mil pessoas encarceradas em prisões que dispõem apenas de 60 mil vagas. Há mais que o dobro de presos por vaga, resultando em condições subumanas, em estímulo às rebeliões e em impossibilidade de recuperação do detento - declarou.

Joel de Hollanda acrescentou que as prisões brasileiras, muito longe de realizarem a ressocialização do encarcerado, transformaram-se em "escolas do crime".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, VALMIR CAMPELO, JOSÉ EDUARDO DUTRA E ROMERO JUCA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal